



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL

Pregão Eletrônico nº004/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: 045/2026	
Data da sessão		Dia 10/03/2026	
Horário da sessão		às 09h00min horário de Brasília/DF	
Local: www.licitanet.com.br			
OBJETO:			
Aquisição de veículo automotor, tipo SUV, ano/modelo 2026/2026, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) passageiros.			
Valor total estimado		Intervalo mínimo entre lances	
R\$ 177.990,00 (Cento e setenta e sete mil, novecentos e noventa reais),		R\$ 100,00	
Registro de Preços:		Instrumento Contratual:	Critério de Julgamento:
Não		Sim	Menor preço por item
Documentos de Habilitação (veja item 17 a 17.7 deste Edital)*			

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.

Modo de disputa	Prioridade regional/local	Item exclusivo para me/epp?	
ABERTO	NÃO	NÃO	

Pedido de Esclarecimentos e Impugnações

Até 08/03/2026, exclusivamente pelo e-mail: camaramunicipalsmgro@hotmail.com, conforme disposições deste Edital.

AVISO

*Recomenda-se aos licitantes a leitura atenta de todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, com vistas à adequada e regular participação no certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

EDITAL DE LICITAÇÃO
(LEI 14.133/2021)
Pregão Eletrônico nº004/2026
Processo Administrativo 045/2026

1.OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de veículo automotor, tipo SUV, ano/modelo 2026/2026, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, destinados ao atendimento da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes no sistema eletrônico www.licitanet.com.br, e aquelas previstas neste Edital e seus anexos prevalecerão as disposições do Edital.

2. DO PREÂMBULO

2.1. A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, por intermédio de seu Pregoeiro (a), designado pela Portaria nº001 de 02 de Janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICO** sob o nº **004/2026**, do tipo **MENOR PREÇO, POR ITEM**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº14.133, de 1º de abril de 2021, e demais exigências deste Edital.

2.2. Presume-se que o presente Edital de Licitação, foi cuidadosamente examinado pelos licitantes, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

2.3. A sessão inaugural deste Pregão Eletrônico será realizada por meio do sistema eletrônico no endereço www.licitanet.com.br, na data e horário, indicados neste Edital.

Pregoeiro (a) :	Soleni Alves Valadão
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	27/02/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF)
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	09/03/2026, às 23h59min (horário de Brasília)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	10/03/2026, às 09h00min (horário de Brasília/DF)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

2.3.2. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro (a) aos licitantes:

2.4. Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Objeto da Licitação.

ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial.

ANEXO III – Termo de referencia.

ANEXO IV - Modelo de declaração Conjunta.

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento em regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP).

ANEXO VI – Termo de compromisso.

ANEXO VII – Minuta de Contrato.

3. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

3.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo N° 045/2026 e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema Eletrônico da Licitanet (www.licitanet.com.br).

4.2. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

4.3. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

4.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da LICITANET – Licitações On-line. Site WWW.LICITANET.COM.BR

4.5. Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Câmara do Município de São Miguel do Guaporé - RO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

4.6.A licitante que não estiver cadastrada deverá realizar seu cadastramento na plataforma, atendendo aos procedimentos nela previstos para acesso e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

operacionalização do sistema, inclusive autorizar a Plataforma Licitanet a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização.

4.7. A conexão com rede de internet e materiais necessários para a licitante participar deste certame é de total responsabilidade da mesma.

4.8. A licitante será responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.9. O presente Edital rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pela Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere ao tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.10 A participação nesta licitação significa:

4.10.1 Que a licitante e as pessoas que a representam leram este Edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.

4.10.2 Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.

4.10.3 Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica.

4.10.4 Tem plena ciência de que não caberá, após sua abertura do certame, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no sistema eletrônico www.licitanet.com.br e via

E-mail: **camaramunicipalsmgro@hotmail.com** ao transmitir o e-mail, este deverá ser confirmado pelo(a) pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Capitão Silveira, n.º 1446 – Cristo Rei - Complemento: próximo a Prefeitura Municipal.

5.4. A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.licitanet.com.br e via e-mail (aquele informado na impugnação), ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

5.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitatório.

5.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a continuidade do certame.

5.8. Caso não haja resposta à impugnação até a data da sessão, caberá ao Pregoeiro avaliar a necessidade de suspensão do certame, mediante decisão fundamentada.

6. Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: WWW.CAMARATRANSPARENCIA.SAOMIGUELDOGUAPORERO.LEG.BR e www.licitanet.com.br, bem como no Mural da Câmara de São Miguel, " , e Associação Rondoniense dos Municípios/AROM, www.diariomunicipal.com.br/arom

7. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

7.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema, para participação na licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta.

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar desta Licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da presente licitação e que estejam devidamente credenciadas no sistema eletrônico da LICITANET.

8.2. A participação nesta licitação implica plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.3. A compatibilidade entre o objeto social da empresa e o objeto licitado será verificada por meio do contrato social e/ou registro no CNPJ.

8.4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

8.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

8.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

8.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto.

8.4.4. Pessoa física ou jurídica que esteja, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta.

8.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal ou com agente público que atue na licitação ou na fiscalização do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.

8.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

8.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescente.

8.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

8.4.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

8.4.10. Empresas que estejam sob falência, dissolução ou liquidação, exceto se houver autorização judicial para funcionamento regular.

8.5. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.5.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, considerando tratar-se de aquisição de bem comum, padronizado, de entrega única e de baixa complexidade técnica, circunstâncias que não justificam a formação de consórcio, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.5.2. É vedada a participação de cooperativas, considerando a natureza do objeto.

8.5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de participação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME.

9.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, designados pela autoridade competente.

9.2. Compete ao Pregoeiro, especialmente:

I – Conduzir a sessão pública;

II – Receber, examinar e decidir impugnações e pedidos de esclarecimento;

III – Abrir e analisar as propostas de preços;

IV – Desclassificar propostas, quando for o caso, mediante decisão fundamentada;

V – Conduzir a etapa de lances;

VI – Verificar a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;

VII – Declarar o vencedor;

VIII – Receber, examinar e decidir recursos;

IX – Elaborar a ata da sessão;

X – Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicação e homologação;

XI – Promover diligências, quando necessárias.

9.3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

9.3.1. O credenciamento no sistema eletrônico da LICITANET será realizado previamente pelo interessado, mediante atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível.

9.3.2. A licitante é responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3.3. O uso da senha é de exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo à Administração ou ao provedor do sistema responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

9.4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

9.4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.

9.4.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4.3. No ato do cadastro da proposta, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

9.5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP

9.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5.2. A declaração falsa sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.5.3. O tratamento favorecido será concedido nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as disposições deste Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOS LANCES E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. O envio da proposta de preços e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante utilização de chave de acesso e senha. A habilitação só será analisada após a aceitação da proposta do primeiro colocado.

10.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3. O licitante é responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.4. A proposta registrada no sistema NÃO deverá conter qualquer identificação da empresa “sob pena de desclassificação, nos termos do princípio do julgamento objetivo.

10.5. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto.

10.6. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais), conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

10.7. DO MODO DE DISPUTA

10.7.1. O presente certame adotará o modo de disputa ABERTO.

10.7.2. A etapa de envio de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos.

10.7.3. Após esse período, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

10.7.4. A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente enquanto houver lances nesse período.

10.7.5. Não havendo novos lances, a etapa será encerrada automaticamente.

10.8. DAS REGRAS DE LANCES

10.8.1. O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele registrado.

10.8.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele registrado primeiro.

10.8.3. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor.

10.8.4. Não haverá desistência dos lances ofertados, salvo em caso de erro material evidente, devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

10.8.5. O cancelamento de lance somente poderá ocorrer em caso de erro de digitação comprovado, mediante solicitação imediata no sistema eletrônico.

10.9. DA DESCONEXÃO

10.9.1. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa de lances, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes.

10.9.2. Se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada mediante comunicação no sistema eletrônico.

10.10. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

10.10.1. As propostas permanecerão sigilosas até a abertura da sessão pública, quando o sistema eletrônico as tornará visíveis, procedendo automaticamente à sua ordenação para início da fase de lances.

10.10.2. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará automaticamente os lances em ordem crescente de vantajosidade.

10.10.3. O Pregoeiro poderá solicitar o envio da proposta atualizada ao licitante classificado em primeiro lugar, no prazo estabelecido no sistema eletrônico.

10.11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.11.1. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta.

10.11.2. A participação de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico sujeitará ambas à desclassificação.

10.11.3. Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo duas casas decimais.

10.11.4. A validade mínima da proposta será de 60 (sessenta) dias.

10.12. CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.12.1. Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.12.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

10.12.3. Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada automaticamente pelo sistema para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.12.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.12.2, na ordem classificatória.

10.12.5. Persistindo o empate após a aplicação do tratamento favorecido às ME/EPP, serão utilizados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte ordem:

I – Disputa final entre os licitantes empatados;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio, quando houver registros;

III – Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV – Desenvolvimento de programa de integridade (compliance);

V – Sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a fase de lances e realizada a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto:

I – à adequação ao objeto;

II – à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado;

III – à exequibilidade.

11.2. Estando a proposta em conformidade com o Edital, será declarada **provisoriamente vencedora**, passando-se à fase de habilitação.

11.3. Caso a proposta não seja aceita, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação.

12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Licitanet, devendo o Pregoeiro examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no máximo 02 (duas) casas decimais;

12.1.1. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

12.1.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

13. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância entre as especificações do objeto, prevalecerão as descritas no Anexo I – Termo de Referência.

13.2. Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

13.3. Toda e qualquer informação referente ao certame licitatório será transmitida pelo Pregoeiro por meio do CHAT MENSAGEM do sistema eletrônico.

13.4. A desistência em apresentar lance implicará a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

13.5. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no Item 11 deste Edital.

13.6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DA PROPOSTA ATUALIZADA

13.6.1. Após a fase de lances e antes da aceitação definitiva da proposta, o Pregoeiro convocará a licitante classificada em primeiro lugar para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS atualizada, adequada ao lance final ofertado.

13.6.2. A proposta atualizada deverá conter:

- a) Especificação completa do objeto ofertado;
- b) Marca e modelo (quando aplicável);
- c) Valor unitário e total;
- d) Prazo de entrega;
- e) Validade da proposta;
- f) Prospecto / Folder / Catálogo / Encartes / Folhetos técnicos ou link oficial do fabricante (quando aplicável).

13.6.3. O prazo para envio será de até 02 (duas) horas, contadas da convocação no sistema eletrônico, O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada e aceita pelo Pregoeiro.

13.6.4. Havendo apenas uma proposta classificada, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as exigências do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

13.7. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

13.7.1. A aceitação da proposta poderá ocorrer na própria sessão pública ou em momento posterior, a critério do Pregoeiro, mediante comunicação via sistema eletrônico.

13.7.2. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante classificada em primeiro lugar, visando à obtenção de melhor preço, decidindo motivadamente sobre sua aceitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

13.7.3. Os preços ofertados deverão ser líquidos, considerando inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, encargos e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto.

13.8. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.8.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não atenderem às especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou acima do valor máximo estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) Apresentarem desconformidade com exigências essenciais do Edital.

13.8.2. Serão considerados inexequíveis os preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os praticados no mercado.

13.8.3. Não será motivo de desclassificação simples omissão formal que seja irrelevante e que não comprometa o entendimento da proposta.

13.9. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

13.9.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar erros materiais ou aritméticos na proposta, poderá promover as correções necessárias, desde que não alterem sua substância.

13.9.2. Havendo divergência entre valores numéricos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

13.9.3. Havendo divergência entre preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário, procedendo-se à correção do total.

13.9.4. Erros formais ou de digitação poderão ser sanados mediante solicitação do Pregoeiro, vedada a majoração do preço final ofertado.

14. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Item 17 deste Edital, deverão ser remetidos

Via Sistema LICITANET, através do MÓDULO –
HABILITANET,

14.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.3 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, podendo o Pregoeiro solicitar a apresentação do original ou promover diligência para verificação da autenticidade.

Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé

Comissão Permanente de Licitação

A atenção do Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

Avenida: Capitão Silvío, 1446-Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

14.4 As cópias simples serão aceitas, podendo o Pregoeiro solicitar apresentação do original ou diligência para conferência.

14.5. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 22.2, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;

15. DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência.

16. DOS PRAZOS E DA ENTREGA

16.1. O prazo para entrega do veículo será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou da assinatura do contrato.

16.2. A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, situada na Avenida Capitão Silvio, nº 1446, Bairro Cristo Rei, em horário de expediente administrativo.

16.3. O veículo deverá ser entregue:

I – Novo, zero quilômetro;

II – Em perfeito estado de funcionamento;

III – Devidamente emplacado em nome da Câmara Municipal;

IV – Com todas as taxas, tributos, licenciamento e demais encargos quitados;

V – Acompanhado da Nota Fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia e demais documentos exigidos por lei.

16.4. No ato da entrega, o objeto será recebido provisoriamente para conferência das especificações técnicas, podendo ser rejeitado caso esteja em desacordo com o Termo de Referência.

16.5. Constatada qualquer irregularidade, a contratada deverá proceder à substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.6. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto com as especificações exigidas.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1. Após a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá à verificação dos documentos de habilitação do licitante provisoriamente vencedor.

17.1.1. Os documentos deverão estar previamente anexados no sistema eletrônico, nos termos deste Edital.

17.1.2. Caso necessário, o Pregoeiro poderá realizar diligências para verificação da autenticidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

17.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos social, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) Documento oficial de identificação com foto do representante legal da empresa que assinar a proposta ou vier a firmar o contrato..

e) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, cuja atividade deve ser vinculada e condizente com as especificações do objeto da licitação.

(g). Os licitantes deverão observar se as classificações do CNPJ da empresa, são condizentes com as especificações do objeto a ser licitado, consultando o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), através do link <http://www.cnae.ibge.gov.br/>, ou se dispõe de previsão para comercialização do produto/ prestação de serviços, no Contrato Social. Caso não conste expressamente atividade compatível no CNPJ ou Contrato Social, poderá ser admitida comprovação por outros meios idôneos que demonstrem aptidão para execução do objeto.

17.2.1. A licitante enquadrada como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.2.2 No caso da licitante seja considerada isenta de alguns dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

de regência.

17.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro da validade;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;
- f) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17.3.1. Nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

17.3.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.4 DA ACEITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

17.4.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores; <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>

b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

c) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria - Geral da União CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; <https://certidoes.cgu.gov.br>

d) TCU - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União, <https://certidoes-apf.apf.s.tcu.gov.br>

17.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

17.4.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

17.4.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

17.4.5. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

17.4.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

17.4.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17.4.8. Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no presente Edital.

17.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

c) apresentar preços inexeqüíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exeqüibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

17.5.1. A exequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove: a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.5.2. Para presunção de exequibilidade de preços prevista no subitem acima, definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, será assegurado ao licitante o direito de comprovação de exequibilidade, em atenção aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência (Súmula TCU 262), a ser enviado juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de inabilitação na recusa (Acórdão 465/2024 - PLENÁRIO Relator Augusto Sherman). 8.7 Os erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, desde que não alterem a sua substância.

17.5.3 A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

17.5.4 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

17.6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA.

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório de distribuição da sede do licitante, dentro do prazo de validade. Se não constar prazo de validade, esta deverá ter sido emitida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias (Enviar juntamente com a documentação de habilitação).

17.6.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.6.2.1. Para o presente certame, não será exigida comprovação de capacidade técnica, tendo em vista tratar-se de aquisição de bem comum (veículo automotor), de fornecimento padronizado e amplamente disponível no mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.6.2.2. A compatibilidade do objeto ofertado será verificada por meio das especificações técnicas constantes no Termo de Referência, sendo suficiente a apresentação da proposta comercial em conformidade com as exigências editalícias.

17.6.8. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

b) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.

c) Declaração da licitante que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou com sanguíneo até terceiro grau.

d) Declaração de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte l/c 123/06, podendo ser adotado o modelo constante do Anexo deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

17.9 Após solicitação do Pregoeiro, a empresa classificada em primeiro lugar deverá enviar a documentação complementar juntamente com sua proposta atualizada, no prazo estabelecido no sistema eletrônico, sob pena de inabilitação.

17.10. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

17.11. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

17.12. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital, Termo de Referência e seus anexos.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão ENTRAR C/ RECURSO), manifestar sua intenção de recorrer, conforme art.165 da Lei 14.133/2021.

18.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente serão possíveis por meio eletrônico durante o prazo de 10 minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão ENTRAR C/ RECURSO), devendo o licitante observar as datas registradas.

18.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5. A decisão do Pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

18.6 A decisão do Pregoeiro e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

18.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

18.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal – , sito a Av. Capitão Silvío, 1446 – Bairro Cristo Rei – São Miguel do Guaporé – Rondônia CEP - 76932-000 Telefone: (0XX69)3642-2234, de segunda a sexta-feira, das 07h: 30min às 13h:30min (horário local).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

18.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de: Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com A Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé.

18.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

18.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 18.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

18.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

18.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

18.10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

18.10.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

I – quando o provimento de recurso implicar a anulação de atos anteriores à sessão pública ou da própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

II – quando houver desclassificação da proposta melhor classificada ou inabilitação do licitante declarado vencedor, hipótese em que serão retomados os atos imediatamente posteriores à fase de lances;

III – quando o licitante vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Edital.

18.10.2. A convocação das licitantes remanescentes para acompanhar a sessão reaberta será realizada por meio do sistema eletrônico, com antecedência mínima razoável, garantindo-se a ampla publicidade do ato.

19. CONTRATAÇÃO ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1 Decidido (s) o(s) recurso(s), se houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

19.2 Após a homologação e adjudicação, a licitante vencedora do certame terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, a qual se dará por email previamente informado, para assinatura do Contrato.

19.2.1. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela parte e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

19.3.1 Na hipótese de irregularidade superveniente na documentação de habilitação, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, observado, quando aplicável, o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006..

19.3.2. O não comparecimento no prazo da convocação para assinatura do Contrato acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções administrativas, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

19.4. Quando a licitante convocada não assinar o contrato e/ou retirar/receber a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para fazê-lo, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

19.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do procedimento licitatório que originou o presente instrumento.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento desta Câmara Municipal.

CAMARA	Função Programática	Elemento de despesa
Câmara	031.0002.4.4.90.52.48	4.4.90.52.00

21. DA VIGÊNCIA

21.1. O contrato terá vigência até o cumprimento integral das obrigações pelas partes.

22. PAGAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

- 22.1. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto e do protocolo da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- 22.2. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas no Edital, dentro do prazo de validade.
- 22.3. O pagamento ficará condicionado à verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista.
- 22.4. Constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal ou na documentação apresentada, o prazo para pagamento será suspenso até a regularização, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.
- 22.5. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente indicada pela contratada na proposta, devendo os dados bancários estar devidamente atualizados.
- 22.6. Sobre o valor a ser pago poderão incidir as retenções tributárias previstas na legislação vigente.
- 22.7. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, será aplicada atualização financeira nos termos do Item 24 deste Edital.

23. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O contratado que cometer infração administrativa nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar e contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.2. Das Multas

23.2.1. Multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

23.2.2. Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.2.3. No caso de inexecução parcial, a multa será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

23.3. Impedimento de Licitar

23.3.1. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

23.4. Declaração de Inidoneidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

23.4.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses de infração gravíssima, impedindo o contratado de licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

23.5. Processo Administrativo

23.5.1. Nenhuma sanção será aplicada sem a instauração de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

23.5.2. A aplicação das penalidades observará os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando a gravidade da infração, os danos causados à Administração e a reincidência.

24. REAJUSTAMENTO

24.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis, considerando tratar-se de aquisição com entrega única e pagamento em parcela única, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24.2. Na hipótese de atraso no pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, incidirá atualização financeira calculada com base na variação do IPCA, apurada entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento.

24.3. A atualização financeira de que trata o subitem anterior será devida apenas sobre o valor efetivamente em atraso.

25. GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

25.1. O veículo deverá possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, sem limite de quilometragem, conforme especificações do fabricante.

25.2. A assistência técnica deverá ser prestada por rede autorizada do fabricante.

25.3. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O pregoeiro poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação em jornal de publicação diária.

27.8. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado;

27.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

27.10. Não cabe à LICITANET qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de São Miguel do Guaporé – RO, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

27.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 07h30min às 13hmin, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Câmara Municipal, localizada na Avenida Capitão Silvio, 1446 – Cristo Rei – São Miguel do Guaporé – RO. Ressalta-se que mesmo durante o período de férias, haverá equipe de plantão para atendimento dos interessados;

27.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

27.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes, na Lei Federal nº. 14.133/2021 e, ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

São Miguel do Guaporé, 26 fevereiro de 2026.

SOLENI ALVES VALADÃO
Pregoeira Oficial
Portaria nº. 001/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO I

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Aquisição de veículo automotor, tipo SUV, ano/modelo 2026/2026, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) passageiros.

Item	Especificação Mínima Exigida
Tipo	SUV
Ano/Modelo	2026/2026
Condição	Novo, zero quilômetro
Capacidade	Mínimo 05 passageiros
Combustível	Bicombustível (flex)
Potência	Igual ou superior a 150 CV
Cor	Branco ou preto
Câmbio	Automático, mínimo 05 marchas à frente e 01 à ré
Capacidade do tanque	Mínimo 44 litros
Direção	Hidráulica ou elétrica
Freios	Dianteiros a disco ventilado e traseiros a tambor
Pneus	Radial 185/60 R15 ou equivalente
Rodas	Liga leve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Porta-malas	Igual ou superior a 475 litros
Airbags	Frontais (no mínimo)
Cintos de segurança	Para todos os ocupantes
Sistema de freios	ABS
Controle de estabilidade	Se aplicável
Ar-condicionado	Integrado quente/frio
Vidros elétricos	Nas quatro portas
Travas elétricas	Sim
Desembaçador	Com ar quente
Alarme	Com travamento das quatro portas
Sistema de som	Rádio com USB e Bluetooth
Alto-falantes	Inclusos
Antena externa	Inclusa
Câmera de ré	Obrigatória
Protetor de cárter	Incluso
Manual do proprietário	Em língua portuguesa
Kit de ferramentas	Incluso
Triângulo de sinalização	Incluso
Garantia	Mínimo 36 meses, sem limite de quilometragem, conforme fabricante
As especificações técnicas mínimas deverão ser interpretadas como parâmetros de desempenho e qualidade, admitindo-se equivalência técnica comprovada, desde que não implique redução das condições mínimas exigidas.	Com valor médio de R\$ 177.990,00 (Cento e setenta e sete mil novecentos e noventa reais)

Obs: O veículo deverá ser **entregue devidamente emplacado em nome da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no ato da entrega**, incluindo todas as despesas com taxas, tributos, emplacamento, licenciamento e demais encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Pregão Eletrônico N.º 004/2026

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do edital de Pregão Eletrônico ____/2026 em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Aquisição de veículo automotor, tipo SUV, ano/modelo 2026/2026, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) passageiros. destinados ao atendimento das necessidades estruturais da Câmara Municipal.

PROPOSTA COMERCIAL :

EMPRESA		C N P J		TELEFONE		
FAX		CELULAR	E – MAIL			
BANCO		AGÊNCIA		CONTA CORRENTE		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA						
NOME		CARGO	CPF/MF	CI/RG		
TELEFONE FIXO		CELULAR 01		CELULAR 02		
ITEM	UNID.	QTD.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						
			Total Geral → (por extenso)		R\$	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.

Entrega do veículo na Câmara Municipal de _____: de no máximo ____
(_____) dias corridos, a contar da data da solicitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2026, que nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Eletrônico 004/2026.

Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados.

Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Inexiste fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa e Carimbo do C N P J



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório 045/2026

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SUV, ANO 2026/2026, ZERO QUILOMETRO COM CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS**, destinado à Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, a ser contratado por meio de pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição do veículo justifica-se pela necessidade de atender às demandas administrativas e operacionais da Câmara Municipal, garantindo maior eficiência, segurança, mobilidade e economicidade na execução das atividades institucionais.

2.2. O veículo será utilizado no deslocamento de vereadores, servidores e autoridades, bem como no atendimento de atividades externas, visitas técnicas, ações institucionais e demais serviços inerentes ao funcionamento do Poder Legislativo.

2.3. A aquisição de veículo novo, zero quilômetro, assegura maior confiabilidade mecânica, redução de custos com manutenção corretiva, garantia de fábrica e maior vida útil, atendendo ao princípio da economicidade e da eficiência administrativa.

3. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A contratação será realizada por meio de **pregão, preferencialmente na forma eletrônica**, conforme a Lei nº 14.133/2021.

3.2. O critério de julgamento será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas e demais exigências deste Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO VEÍCULO

4.1. O veículo a ser fornecido deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:

Item	Especificação Mínima Exigida
Tipo	SUV
Ano/Modelo	2026/2026
Condição	Novo, zero quilômetro
Capacidade	Mínimo 05 passageiros
Combustível	Bicombustível (flex)
Potência	Igual ou superior a 150 CV
Cor	Branco ou preto
Câmbio	Automático, mínimo 05 marchas à frente e 01 à ré
Capacidade do tanque	Mínimo 44 litros
Direção	Hidráulica ou elétrica
Freios	Dianteiros a disco ventilado e traseiros a tambor
Pneus	Radial 185/60 R15 ou equivalente
Rodas	Liga leve
Porta-malas	Igual ou superior a 475 litros
Airbags	Frontais (no mínimo)
Cintos de segurança	Para todos os ocupantes
Sistema de freios	ABS



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

Controle de estabilidade	Se aplicável
Ar-condicionado	Integrado quente/frio
Vidros elétricos	Nas quatro portas
Travas elétricas	Sim
Desembaçador	Com ar quente
Alarme	Com travamento das quatro portas
Sistema de som	Rádio com USB e Bluetooth
Alto-falantes	Inclusos
Antena externa	Inclusa
Câmera de ré	Obrigatória
Protetor de cárter	Incluso
Manual do proprietário	Em língua portuguesa
Kit de ferramentas	Incluso
Triângulo de sinalização	Incluso
Garantia	Mínimo 36 meses, sem limite de quilometragem, conforme fabricante
	As especificações técnicas mínimas deverão ser interpretadas como parâmetros de desempenho e qualidade, admitindo-se equivalência técnica comprovada, desde que não implique redução das condições mínimas exigidas.

4.2. O veículo deverá ser **entregue devidamente emplacado em nome da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no ato da entrega**, incluindo todas as despesas com taxas, tributos, emplacamento, licenciamento e demais encargos.

4.3. DA JUSTIFICATIVA DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.3.1. As especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência foram definidas com base nas necessidades operacionais da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, considerando a segurança dos ocupantes, desempenho adequado para deslocamentos urbanos e rurais, capacidade de transporte de passageiros e bagagens, bem como durabilidade e eficiência do veículo.

4.3.2. Os requisitos exigidos não possuem caráter restritivo ou direcionamento de marca ou modelo específico, sendo compatíveis com diversos fabricantes disponíveis no mercado nacional, garantindo ampla competitividade e observância aos princípios da isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

4.4. DA JUSTIFICATIVA DO ANO/MODELO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

4.4.1. A exigência de veículo ano/modelo 2026/2026 justifica-se por se tratar de aquisição de bem permanente novo, visando maior vida útil, valorização patrimonial e redução de custos com manutenção corretiva e preventiva.

4.4.2. A especificação atende ao interesse público, garantindo que o veículo permaneça por maior período em condições ideais de uso, contribuindo para a eficiência administrativa e economicidade dos recursos públicos.

4.4.3. Ressalta-se que mercado nacional disponibiliza modelos com tal especificação, não havendo restrição à competitividade do certame.

5. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O prazo máximo para entrega do veículo será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2. A entrega deverá ser realizada na sede da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, em horário de expediente administrativo.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta vencedora e no contrato administrativo.

6.2. Fornecer veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento, com todos os itens de série e acessórios originais de fábrica, observadas as especificações técnicas mínimas exigidas.

6.3. Assumir integral responsabilidade por todos os encargos, custos e despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo, mas não se limitando a, transporte, seguro, tributos, taxas, emplacamento, licenciamento, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros ônus, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

6.4. Garantir o veículo pelo prazo mínimo estabelecido pelo fabricante e pela legislação vigente, assegurando assistência técnica por meio de rede autorizada, com cobertura integral para defeitos de fabricação, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

6.5. Substituir o veículo, total ou parcialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sempre que constatada a existência de vícios, defeitos, falhas de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas exigidas, no prazo máximo a ser definido pela Contratante, sem prejuízo das sanções cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

6.6. Apresentar, no ato da entrega do veículo, a respectiva nota fiscal, manual do proprietário, certificado de garantia, documentação de emplacamento e licenciamento, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela legislação vigente e pelo instrumento contratual.

6.7. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança e adequação técnica do objeto fornecido, respondendo por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas na execução contratual.

6.8. Cumprir integralmente as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à execução do objeto, especialmente as previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Proporcionar as condições necessárias ao recebimento do objeto, conforme as disposições deste Termo de Referência e do contrato administrativo.

7.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos da legislação vigente.

7.3. Efetuar o pagamento à Contratada na forma, condições e prazos estabelecidos no contrato, após o regular atesto do fornecimento do objeto pelo fiscal do contrato.

7.4. Exigir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, podendo aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, em caso de inadimplemento.

7.5. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, determinando as providências necessárias à sua regularização.

8. JUSTIFICATIVA DA MÉDIA DE PREÇO, DO VALOR ESTIMADO E DA PESQUISA DE PREÇOS

8.1. O valor estimado da contratação será apurado mediante pesquisa de preços realizada conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se, sempre que possível, parâmetros oficiais, cotações junto a fornecedores, bases de dados públicas e outros meios idôneos.

8.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços realizada junto a fornecedores do ramo de comercialização de veículos automotores, considerando



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

veículos do tipo SUV, novos, zero quilômetro, com especificações técnicas compatíveis com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SUV, ANO 2026/2026, ZERO QUILÔMETRO COM CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS	UN	1	177.990,00	177.990,00

8.4. O somatório dos valores pesquisados totalizou o valor médio de **R\$ 177.990,00 (Cento e setenta e sete mil, novecentos e noventa reais)**, obtido por meio da média aritmética simples das cotações coletadas.

8.5. A utilização da média aritmética como metodologia para definição do valor estimado da contratação mostra-se adequada e tecnicamente justificável, por refletir os preços praticados no mercado para bens de características similares, reduzindo o risco de distorções decorrentes de valores excessivamente baixos ou elevados.

8.6. Registra-se que as variações de preços observadas decorrem de diferenças entre marcas, modelos, motorização e níveis de acabamento dos veículos cotados, não comprometendo a representatividade da média apurada.

8.7. O procedimento adotado atende aos princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, competitividade e vantajosidade, bem como às diretrizes previstas na Lei nº 14.133/2021, constituindo parâmetro idôneo para definição do valor estimado da contratação.

8.8. Dessa forma, **o valor médio de R\$ 177.990,00 (Cento e setenta e sete mil, novecentos e noventa reais) é considerado compatível com o mercado e adequado para subsidiar o processo de contratação, servindo como referência para a definição do preço máximo aceitável pela Administração.**

9. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

9.1. O recebimento do veículo será realizado provisoriamente, para verificação das especificações técnicas, e definitivamente após a comprovação de conformidade com este Termo de Referência.

9.2. Caso sejam constatadas irregularidades, a contratada deverá saná-las no prazo fixado pela Administração.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado após a entrega do veículo e o recebimento definitivo, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

10.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, conforme legislação vigente.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, consignadas no orçamento vigente.

12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Câmara Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital do pregão.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (SE APLICÁVEL)

14.1. Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da legislação vigente.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

15.2. Este Termo de Referência integra o processo de contratação e servirá de base para a elaboração do edital do pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

São Miguel do Guaporé/RO, 05 de Fevereiro de 2026.

Maria Serli Lopes
Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO IV

(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Câmara Municipal de _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF Nº _____, para os fins de direito, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditiva para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VIU do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema. VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

X - Declara de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63º inciso IV da Lei 14.133/2021

XI - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho.

XII - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal/ CNPJ DA EMPRESA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO V

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06)

A Câmara Municipal de.....

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido e observado o disposto no art.2º inciso V, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

() **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

() **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)

CNPJ da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO VI

TERMO DE COMPROMISSO

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Pelo presente Termo de Compromisso, propomo-nos a entregar/executar os materiais/serviços de que trata o Pregão Eletrônico, nº 004/2025, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS, e de acordo com os Quantitativos especificados neste Edital.

Declaramos, ainda que:

- a)** Caso seja vencedora do certame, o pessoal técnico, necessário encontra-se disponível para execução dos serviços objeto da presente licitação.
- b)** Declaramos sob as penas da lei, que até a presente data, INEXISTEM fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como não se encontra em estado de inidoneidade declarado ou suspenso, por nenhum órgão da administração pública federal, estadual, municipal ou do distrito federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c)** Estamos cientes e declaramos **PLENA SUBMISSÃO** às condições e exigências deste Edital, em todas as fases da licitação.
- d)** Declaramos a **ASSUNÇÃO** de responsabilidade pela execução dos serviços e sujeição às condições estabelecidas no presente Edital;
- e)** **RECONHECEMOS** o direito da Administração Pública de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, na forma da Lei;
- f)** **CONCORDAMOS** em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados na presente proposta pelos respectivos preços se para isso formos notificados pela **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RO**;
- g)** Declaramos que, caso vencedora do certame, **CUMPRIREMOS** fielmente as disposições concernentes nas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente a de número 10 e 18, normas estas que estabelecem diretrizes de ordem administrativa planejamento organizacional, que respaldam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança dos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como as prescrições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pertinente aos serviços de que trata esta despesa;
- h)** Declaramos para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, em _____ de _____ de 2025.

EMPRESA LICITANTE
CNPJ



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____
PROCESSO Nº ____/2026
- PREGÃO ELETRÔNICO -

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E A EMPRESA:

Aos ____ (____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e seis

a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 34.476.077/0001-54, com sede na Avenida Capitão Silvío, 1446, neste ato representada pelo Excelentíssimo Presidente Sr. JAIR SILVA GOMESR, brasileiro, casado, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob o n.º ____ e Registro Geral sob o n.º ____ SSP/____, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º: _____, com sede a Av/Rua. _____, n.º _____, Setor ____ – Município de _____, Estado de Rondônia, doravante denominada de CONTRATADA representada pelo Sr. _____, portador do CPF n.º: _____ e RG n.º: _____ – SSP/____, resolvem celebrar o presente instrumento, como forma de Execução Indireta pelo menor preço por lote, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2026, Processo n.º: ____/2026, tudo em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº123/2006, na forma a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, inciso I):

Aquisição de veículo automotor, tipo SUV, ano/modelo 2026/2026, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) passageiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR OU AO ATO QUE TIVER AUTORIZADO A CONTRATAÇÃO DIRETA E À RESPECTIVA PROPOSTA (art. 92, inciso II).

A CONTRATADA obriga-se a acatar as condições previstas no edital de Pregão eletrônico, bem como todos os documentos acessórios e manter o preço durante o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

período da contratação, nas condições previstas na proposta e as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III).
Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA O regime de execução será de fornecimento com entrega única, conforme especificações do Termo de Referência.

O regime de execução do presente Contrato será de forma direta – com entrega parcelada de mercadorias, conforme solicitado, em atendimento a previsão no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

Parágrafo Único. O prazo para entrega será de até 30 (trinta) dias úteis após a solicitação pela Câmara Municipal, consistindo em infração contratual o não cumprimento do prazo ou a falta de justificativa para eventual atraso.

CLÁUSULA QUINTA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, inciso V):

O valor do presente instrumento Contratual, é de R\$: ____- (_____) de acordo com os valores especificados na Proposta.

Condições e forma de pagamento: conforme entrega das mercadorias, mediante apresentação da nota fiscal respectiva, no prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, inciso VI):

Não se aplica.

CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, inc. VII):

Não se aplica.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, Inc VIII):

A despesa com a execução do presente Pregão será por conta da Dotação Orçamentária conforme a seguir: Órgão n.º ____; Unidade ____; Programa de trabalho ____; Elemento de Despesa ____; fornecimento do objeto _____. EMPENHO Nº: _____.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (Art. 92, Inc X):

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (Art. 92, Inc XVII)

A CONTRATANTE obriga-se a Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega das mercadorias objeto da licitação;

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no instrumento convocatório;

Fiscalizar o recebimento das mercadorias, designando servidor para acompanhar a execução do contrato, podendo sustar ou recusar quaisquer mercadorias não solicitadas ou que não estejam de acordo com as exigências estipuladas tanto neste Termo quanto no instrumento de contrato;

Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº. 004/2026.

§ 1º A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega, as mercadorias desta licitação, se estes não estiverem de acordo com a Proposta do edital.

§ 2º. Fica a CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ /RO, após a entrega das mercadorias, obrigada a efetuar pagamento concernente ao objeto do presente, mediante a emissão de nota fiscal do objeto.

§ 3º. O desembolso máximo por período será efetuado conforme a liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros.

§ 4º. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos no objeto desta licitação.

§ 5º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO, NA CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 92, Inc. XVI):

O CONTRATADO obriga-se a manter as condições editalícias durante toda a duração do contrato entabulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (Art. 92, Inc.XVII):



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

A parte contratada compromete-se a cumprir a legislação específica sobre a reserva de vagas para o deficiente físico e aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO (art. 92, inciso XIX).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, caso a parte contratada descumpra o contrato, no todo ou em parte.

Parágrafo Único - Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo o pagamento do objeto já realizados e devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E MULTAS :

O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções à CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

§ 1º - As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

Advertência;

Multa;

Rescisão do Contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Câmara Municipal.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 2º. Fica fixado o percentual de 0,33% sobre o valor da adjudicação, a título de multa de mora, por dia de atraso no fornecimento do objeto, até o 10º (décimo) dia, salvo comprovadamente justificado pela empresa e aceito pelo PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL;

§ 3º. Ultrapassado o prazo acima mencionado, a empresa adjudicatória ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 20% (cinco por cento) do valor adjudicado.

§ 4º. O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 5º. As sanções previstas alíneas “a”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “b”, facultado a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO.

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21, fica designado o Fiscal de Contratos desta Câmara para acompanhar a execução e fiscalizar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

As partes contratantes elegem o Foro do Município de São Miguel do Guaporé/RO, como único competente para dirimir as questões que por ventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

São Miguel do Guaporé /RO, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE
CNPJ

CONTRATADA
CNPJ

TESTEMUNHAS:
